

**HABEAS CORPUS Nº 548.942 - BA (2019/0358450-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **LUTHER KING SILVA MAGALHAES DUETE E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **LUCIANO BANDEIRA PONTES - BA022291**  
                  **ANDRE LUIZ SILVA FRANKLIN DE QUEIROZ - BA037303**  
                  **LUTHER KING SILVA MAGALHÃES DUETE - BA061427**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE** : **ANDERSON VIANA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ANDERSON VIANA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O compulsar dos autos revela que o paciente foi acusado da suposta prática do delito tipificado no art. 157, §3º (segunda parte), c/c o art. 29 (latrocínio), por duas vezes, sendo um consumado e o outro tentado (art. 14, II, do CP), na forma do art. 70, parágrafo único (concurso formal impróprio), todos do Código Penal (e-STJ fls. 40/44). A prisão preventiva foi decretada em 05/08/2014, conforme decisão de e-STJ fls. 48/50.

Narra a inicial que o paciente foi "condenado pela suposta prática do crime inculcado no art. 157, § 3º, inciso II, do Código Penal Brasileiro (latrocínio), a uma pena de 30 (trinta) anos de reclusão e pagamento de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, fixando o valor de cada dia multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, em regime inicial fechado" (e-STJ fl. 8).

Irresginada, a defesa interpôs apelação; o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia negou provimento ao recurso (e-STJ fl. 8). No dia 4/4/2019 a defesa interpôs recurso especial e recurso extraordinário.

Neste *habeas corpus*, a defesa sustenta, em breve síntese, a impossibilidade de determinação da execução provisória da pena, tendo em vista o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Aponta, também, "excesso de prazo para remessa dos recursos especial e

# Superior Tribunal de Justiça

extraordinário para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal" (e-STJ fl. 7). Acrescenta que "os recursos destinados as Cortes, Superior e Suprema, foram protocolados no dia 04 de abril de 2019, no entanto, muito embora a legislação determine que recebido o recurso pela secretaria, a parte recorrida deva apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, esta, sequer fora intimada para tanto, isto, com um lapso temporal já extremamente superior, mais precisamente, a 07 (sete) meses" (e-STJ fl. 10).

Requer, inclusive liminarmente "o relaxamento da prisão, com a consequente expedição do competente alvará de soltura" (e-STJ fl. 15).

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator